



ESCOLA A TEMPO INTEIRO

E se houvesse ventos de mudança?...

Lançar sementes para o futuro

19 e 20 fev. 2016

Escola a Tempo Inteiro: um debate que se impõe

Uma das promessas mais desafiantes do Portugal democrático é a afirmação da Escola Pública como uma escola de inequívoca qualidade que se oferece a todos os que a frequentam. Este desafio de construção de uma escola que se pauta pelo princípio democrático de proporcionar a todos, e a cada um, um projeto de educação escolar amplo e credível, culturalmente relevante e socialmente justo, tem vindo a ser construído com avanços e recuos dependentes das políticas que, de forma mais ou menos arbitrária, têm vindo a comprometer a consolidação de uma escola para todos.

O projeto de construção de uma escola de massas, de matriz inclusiva, que contribua para a formação integral dos alunos que a frequentam, exige que se contrarie a matriz seletiva de uma escola de elites que acentua as diferenças culturais e exige, ainda, a promoção de uma oferta escolar tão desafiante como diversificada, que combata o acumular das desigualdades sociais ao ampliar as possibilidades educativas das crianças aprenderem mais e melhor.

A opção, por parte do Ministério da Educação e da Secretaria Regional da Educação, por um modelo de Escola a Tempo Inteiro que conjugou as atividades curriculares com as atividades de complemento curricular numa única matriz de natureza escolar comprometeu o desenvolvimento destas atividades a partir de outra racionalidade mais ampla e mais criativa, não escondendo a intenção deste prolongamento se constituir como um prolongamento das primeiras, acentuando o reforço da oferta escolar como uma panaceia para combater o insucesso escolar. Esta opção conduziu, desde o início da implementação do projeto da Escola a Tempo Inteiro (ETI), à hiper-escolarização das atividades desenvolvidas, em detrimento de outras oportunidades educativas mais diversificadas e mais significativas para o efetivo desenvolvimento integral das crianças.

Passados 20 anos do início do projeto na Região Autónoma da Madeira, é tempo de discutirmos o caminho percorrido, de enunciarmos vantagens, desvantagens, constrangimentos e possibilidades de um projeto que, apesar de irreversível, urge transformar e melhorar.

I – Contextualização da ETI na RAM

O projeto Escola a Tempo Inteiro nasce, na Região Autónoma da Madeira, em 1994 e é implementado, a título experimental, em 10 escolas no ano letivo 1995/96.

Em agosto de 1998, é publicada a Portaria n.º 133/98, de 14/08, que veio regulamentar o seu funcionamento. Apesar de preconizar a formação integral das crianças e responder às suas necessidades educativas básicas, optou-se por um modelo de Escola a Tempo Inteiro que conjugou atividades curriculares com atividades de complemento curricular, constituindo-se estas como um prolongamento das primeiras. Esta opção conduziu, desde o início, à hiper-escolarização das atividades em detrimento de outras ofertas educativas mais diversificadas, mais criativas e mais significativas para um efetivo desenvolvimento integral que, teoricamente, se pretendia.

De experimental, rapidamente se passou à sua generalização, sem qualquer avaliação externa do projeto. Apesar de esta não ter sido feita, o mesmo foi alvo de uma avaliação interna, por um grupo nomeado pela Secretaria Regional de Educação, em setembro de 2004, avaliação essa que identificava algumas fragilidades e apontava algumas recomendações/sugestões que nunca foram tidas em conta.

O modelo vem a sofrer alterações decorrentes, sobretudo, de legislação publicada pelo Ministro Nuno Crato, que aprofunda a escolarização deste modelo de ETI, confirmando, exclusivamente, o alargamento da jornada escolar, nomeadamente através de:

- Imposição, a partir de 2012/2013, de tempos mínimos nas áreas curriculares disciplinares de frequência obrigatória, privilegiando as disciplinas ditas nucleares (Matemática e Língua Portuguesa);

- Supressão do tempo destinado à Área de Projeto, Estudo Acompanhado e Educação para a Cidadania;

- Adoção de uma nova nomenclatura, substituindo-se “áreas disciplinares curriculares” por “disciplinas de frequência obrigatória”;

- Acréscimo da carga horária semanal, nomeadamente do Português, que passa de 7,5 horas para 8 horas semanais;

- Diminuição em duas horas do tempo dedicado ao Estudo do Meio, que passa de 5 para 3 horas semanais;

- Eliminação, em 2013/2014, das áreas curriculares não disciplinares, nomeadamente a Área de Projeto e Estudo Acompanhado, limitando-se a oferta à Educação para a Cidadania.

Este desenho curricular, imposto pelo Ministério da Educação, de afirmação do modelo do *back to basic* contribuiu, indiscutivelmente, para a homogeneização do modelo de Escola a Tempo Inteiro e teve como consequência o esvaziamento de algumas das especificidades e singularidades do modelo regional.

II – Contributo para a construção de um modelo de Educação Global

Foi Soeiro Pereira Gomes quem dedicou os “Esteiros” àqueles homens que nunca foram meninos. O que se passou, entretanto, para esquecermos como o tempo da infância é um tempo tão precioso quanto necessário? (Cosme & Trindade, 2007). É esta conceção de infância que se recusa bem como esta “Escola a Tempo Inteiro” que, na prática, tem como filosofia de base esta conceção.

O que fazer com um modelo que pensa as escolas e as comunidades educativas como se fossem uma só escola e uma só comunidade?

O que fazer com um modelo que, tentando responder a necessidades sociais inequívocas, cria mais problemas do que oportunidades educativas (desinteresse, cansaço, indisciplina, ...)?

A Lei de Bases do Sistema Educativo preconiza, no seu artigo 2º, ponto 4 que *“O sistema educativo responde às necessidades resultantes da realidade social, contribuindo para o desenvolvimento pleno e harmonioso da personalidade dos indivíduos, incentivando a formação de cidadãos livres, responsáveis, autónomos e solidários e valorizando a dimensão humana do trabalho.”*. Já relativamente à organização do sistema educativo, diz a mesma Lei, na alínea f) do artigo 3º, que ela deve *“Contribuir para a realização pessoal e comunitária dos indivíduos, não só pela formação para o sistema de ocupações socialmente úteis mas ainda pela prática e aprendizagem da utilização criativa dos tempos livres”*. Inspirado nestas orientações fundamentais, o Sindicato dos Professores da Madeira reafirma que nunca pôs nem põe em causa, nem a valência de ocupação dos tempos livres no seio das escolas nem a dimensão do apoio social às famílias. Aquilo contra o que o SPM sempre se bateu foi o alargamento apressado do tempo escolar, o qual veio contribuir para que os mesmos de sempre vissem a sua infância e a sua educação penalizadas pelo processo de crescente hiper-escolarização das suas vidas.

O que nos mobiliza, portanto, é a oportunidade de contribuir para a construção de um projeto que, respondendo às necessidades socioeducativas das famílias e das comunidades, entenda a infância como um ciclo de vida específico e singular. A formação social da infância no mundo contemporâneo exige a previsão e a organização de oportunidades educativas que *“possibilitem às crianças o desenvolvimento de modalidades específicas de representar, simbolizar e conferir inteligibilidade ao mundo onde se inserem”* (Sarmiento, 2004).

A infância é, hoje, reconhecidamente entendida como uma etapa do ciclo da vida humana que não pode ser abordada como uma etapa propedêutica dos ciclos subsequentes onde se antecipa a adultez.

O SPM não recusa que as escolas possam e devam alargar o conjunto das suas ofertas educativas. O que afirmamos é que é um risco e um contrassenso que as escolas alarguem, de forma explícita, o tempo de escolarização dos seus alunos. Como já defendemos anteriormente, as crianças não precisam de mais escola, mas sim de uma escola onde possam aprender melhor e onde possam experienciar e partilhar outras vivências mais gratificantes, mais significativas, mais solidárias, verdadeiramente potenciadoras do seu desenvolvimento global.

A conceção educativa e organizacional que o SPM prevê e defende é distinta do projeto (da Escola a Tempo Inteiro ainda em vigor) já que concebe a animação dos tempos livres das crianças a partir de uma outra perspetiva. Assim, as escolas transitariam ou aprofundariam a sua missão para a promoção de contextos que preveem a afirmação dos alunos, dos professores e dos animadores, como promotores culturais, valorizando outras experiências educativas que permitam a sua asserção, enquanto cidadãos no presente e no futuro.

III - Plano de Ação

O SPM propõe-se contribuir para a construção de um debate sólido e amplo sobre o Modelo de Escola a Tempo Inteiro que, desde há 20 anos, se desenvolve nas escolas da Região Autónoma da Madeira.

Com o objetivo de discutir o caminho percorrido, de enunciarmos vantagens, desvantagens, constrangimentos e possibilidades de um projeto que, apesar de irreversível, urge transformar e melhorar, propomos o desenvolvimento de um debate alargado a toda a comunidade, convidando todos os agentes educativos que intervêm no âmbito da promoção, proteção e desenvolvimento da infância a contribuir para o debate e para o desenho de um modelo alternativo ao atual modelo de Escola a Tempo Inteiro.

O debate desenvolver-se-á em 3 fases, a saber:

- Início do debate interno do qual faz parte o Seminário “Escola a Tempo Inteiro – E se houvesse ventos de mudança?... Lançar sementes para o futuro”, realizado nos dias 19 e 20 de fevereiro de 2016, no Funchal.

- Oficinas de formação e debate com vista à propositura de um modelo alternativo e consolidado à atual Escola a Tempo Inteiro que possa consubstanciar-se num modelo o mais amplo e consensual possível na sociedade da Região Autónoma da Madeira. Nestas oficinas, serão convidados a participar dirigentes dos sindicatos da FENPROF, Secretaria Regional de Educação, escolas, professores, associações de pais, encarregados de educação, académicos, grupos parlamentares, autarcas, associações culturais, recreativas e desportivas, tribunal de família e menores, comissões de proteção de menores, médicos, juízes, entre outros.

- Identificação e levantamento dos parceiros naturais das comunidades que, com as escolas, contribuirão para a implementação de um modelo que vise a Educação Global.